

CLIPPING

01/2020
24 de Janeiro de 2020

EDUCAÇÃO

- Anima Educação aprova oferta restrita de ações que pode atingir R\$ 1 bilhão
- Unigranrio volta à mesa de negociação
- Pravalter compra carteira de crédito de 15 faculdades
- O 'preço de mercado' da universidade
- Universidade Estadual do Tocantins desiste do Sisu para selecionar candidatos
- O Enem e os processos de ingresso no nível superior
- Toffoli iguala teto salarial de universidades estaduais ao de federais
- Universidades de SP estimam em 2% impacto financeiro de novo teto salarial
- Ânima tem alta de mais de 1% com aprovação de oferta de ações de cerca de R\$ 1 bi
- Ânima sobe mais de 3%; companhia nega contratação de bancos para follow-on



Anima Educação aprova oferta restrita de ações que pode atingir R\$ 1 bilhão

Recursos serão usados majoritariamente para "aquisições estratégicas", segundo a empresa

A Ânima Educação informou na manhã desta segunda-feira que seu conselho de administração aprovou a realização de oferta pública restrita de 22,4 milhões de ações ordinárias. Há a possibilidade de colocação de um lote adicional com 7,8 milhões de ações.

Segundo o fato relevante divulgado pela empresa, a oferta será coordenada pela XP Investimentos, com o sindicato de bancos contando também com Bradesco BBI, J.P. Morgan e Itaú BBA.

A definição do preço por ação ocorrerá em processo de "bookbuilding", mas com base na cotação de fechamento da ação ordinária da empresa na última sexta-feira, de R\$ 33,36, a oferta levantaria R\$ 750 milhões, ou R\$ 1 bilhão se considerado o lote adicional.

o preço fixado para a oferta deverá ser divulgado em 29 de janeiro, segundo o cronograma do prospecto publicado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A estimativa da empresa é de que essas ações passem a ser negociadas na B3 a partir de 31 de janeiro.

Leia aqui a íntegra do fato relevante.

Aquisições estratégico A oferta anunciada hoje pela Ânima Educação será usada majoritariamente para "aquisições estratégicas", segundo o documento publicado pela empresa. A empresa diz que 91 % dos recursos captados, ou algo no valor estimado de R\$ 879,9 milhões, devem ser usados para compra de ativos.

O restante deve ser usado em investimentos nas atuais linhas de negócio da companhia.

Embora indique o uso do dinheiro para aquisições, a empresa diz não haver uma posição definida sobre potenciais alvos a serem adquiridos. "A destinação dos recursos da oferta restrita será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas", diz a Ânima. Enquanto tais oportunidades não são identificadas, o dinheiro poderá ser investido em aplicações financeiras.

Fonte: Valor



Unigranrio volta à mesa de negociação

Universidade carioca é avaliada em cerca de R\$ 600 milhões, segundo fontes

A Unigranrio, instituição de ensino carioca com cerca de 25 mil alunos, está novamente à venda e pode ser ofertada ao mercado por cerca de R\$ 600 milhões. O processo competitivo será lançado oficialmente no fim do mês, segundo o Valor apurou. A quantia é superior aos R\$ 500 milhões pleiteados em 2018, quando o grupo manteve negociações exclusivas com a Ser Educacional. As discussões não avançaram.

A Unigranrio retomou às conversas com investidores recentemente, sob um processo liderado pelo Credit Suisse. A informação foi publicada inicialmente pelo site "Brazil Journal". De acordo com fontes, um dos interessados é o Grupo SEB, de Chaim Zaher. Em 2018, o empresário chegou a conversar com a família controladora da Unigranrio, mas como a Ser Educacional já tinha um processo em andamento, Zaher fechou um "acordo de cavalheiros" com Janguê Diniz, principal acionista da Ser, e saiu da disputa.

Outro possível interessado é a Ânima, que aprovou uma oferta subsequente de ações (follow on) com a qual pretende movimentar entre R\$ 750 milhões e R\$ 1 bilhão. Os recursos serão usados para expansão dos atuais negócios e aquisições. A Ânima está dando prioridade a estratégia de crescer por meio de aquisições e tem interesse em instituições com cursos de medicina.

Segundo fontes, quase 45% da receita bruta da Unigranrio vem, exatamente, dos cursos de medicina.

No total, a universidade carioca tem cerca de 25 mil alunos distribuídos em dez unidades, sendo nove no Rio e uma na cidade de Palhoça (SC). Existem também polos de ensino a distância.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) estimado da Unigranrio no ano passado é de R\$ 52 milhões, com margem de 18%. Um dos motivos de as negociações com a Ser não terem avançado foi o valor do Ebitda.

Segundo fontes, as diligências mostraram quantias distintas neste indicador em relação aos valores apresentados no começo das negociações.

A Unigranrio é controlada por sete irmãos da família Herdy. O reitor Arody Herdy se opunha à venda do negócio. Na época, a família chegou a um consenso sobre a venda, mas impôs uma série de condições, o que levou a Ser a desistir da transação.

Fonte: Valor



Pravaler compra carteira de crédito de 15 faculdades

Nos últimos dois meses, instituições de médio porte têm preferido vender seus programas de financiamento próprio para ter capital de giro

Para ter capital de giro, faculdades estão vendendo suas carteiras de financiamento estudantil para o Pravaler, maior gestora de crédito a alunos do país.

Com a redução do programa de financiamento estudantil do governo federal (Fies) a partir de 2015, muitas instituições de ensino criaram seus próprios programas de crédito universitário para não perder alunos. Mas para uma boa parte delas, administrar os financiamentos mostrou-se algo bem difícil. Vender a carteira é visto como oportunidade de levantar recursos e transferir o negócio a uma empresa especializada.

O Pravaler compra as carteiras de financiamento cobrando um spread conforme o risco da inadimplência do aluno - quanto maior o risco, maior o spread. Em apenas dois meses, o Pravaler já fechou contrato com cerca de 15 instituições de ensino superior, cujas carteiras de financiamento estudantil somam R\$ 100 milhões.

"Algumas instituições vendem toda a carteira, já outras preferem ficar com a parte que apresenta maior risco para não ter um desconto maior [no valor que vão receber]", diz Carlos Furlan, CEO do Pravaler. As faculdades que têm procurado a gestora são de médio porte, com 10 mil a 20 mil alunos. A compra dos recebíveis é uma das novas frentes do Pravaler, que neste ano diversificou sua atuação e está capitalizada. No mês passado, seu fundo (FDIC) que capta recursos no mercado para bancar os financiamentos levantou R\$ 126 milhões.

Há ainda um segundo fundo de R\$ 160 milhões do Itaú e de investidores menores. O banco tem 42% do Pravaler. O controle continua com os fundadores - entre eles, Oliver Mizne, Claudio Haddad e Furlan.

A gestora tem uma terceira fonte de recursos, a financeira do banco Votorantim, que renovou o contrato com o Pravaler por mais dez anos. Nos últimos três, o Votorantim fez um aporte de R\$ 50 milhões para financiamento estudantil. "Não há um valor limite, eles vão colocando recursos conforme a demanda", disse Furlan.

Capitalizado, o Pravaler começou a financiar alunos de graduação de ensino a distância - algo que o Fies não banca. Uma das principais tendências do setor são os cursos híbridos, aqueles em que o conteúdo didático é ministrado presencialmente e on-line. Esse tipo de graduação tem mensalidade próxima da dos cursos presenciais, em torno de R\$ 800. Um curso on-line, em média, custa R\$ 250.

Em dezembro, o Ministério da Educação autorizou cursos presenciais a terem até 40% do conteúdo ministrado a distância. Até então, o limite era de 20%. Neste ano, a gestora também começou a financiar cursos de idiomas fora do país. Segundo Furlan, a iniciativa surgiu porque escolas e agências de intercâmbio exigem pagamento à vista. "O valor médio de um intercâmbio é de R\$ 10 mil, com passagem e hospedagem. Um intercâmbio para Londres, por exemplo, fica em 24 vezes de R\$ 299", disse.

Fonte: Valor



O 'preço de mercado' da universidade

Nenhuma instituição, aqui ou lá fora, cogitou de venda da marca em troca de patrocínio

O governo lançou neste mês consulta pública sobre o projeto Future-se, para as universidades e os institutos federais. Alguns acreditam que a proposta, cuja primeira versão é de julho de 2019, seria meritória por incentivar a cultura de doações privadas, “quebrando a barreira entre mundo acadêmico e empresas”. Sem discordar de que deve ser melhorada essa aproximação (como reconhece a Constituição federal, ao mencionar a extensão universitária, no artigo 207), a proposta do governo tem problemas profundos.

Em primeiro lugar, o texto apresentado em janeiro continua sendo essencialmente contrário à autonomia universitária, na medida em que as contrapartidas oferecidas pelo MEC à adesão de cada universidade ou instituto federal são vagas promessas de prioridade em bolsas da Capes (significativamente reduzidas em 2019, cabe lembrar) e de recursos adicionais, sem informação ou compromisso com valores (artigo 6o).

Aliás, o governo Bolsonaro não preza a autonomia, afrontada por outra proposta, que altera o processo de eleição de reitores. Editada na véspera do Natal, a Medida Provisória 914/2019 previu a obrigatoriedade do voto num único candidato (artigo 3o, II), entrando em assunto das regras internas de cada instituição. Mas essa invasão parece encontrar sentido para o governo na medida em que dificulta a elaboração de listas tríplexes com nomes de oposição ao Ministério da Educação.

Como se sabe, o presidente tem nomeado reitores colocados em segundo ou terceiro lugar nas listas, contrariando a prática anterior de prestigiar a escolha da comunidade universitária, nomeando o primeiro colocado.

Assim, ainda que se possa reconhecer algum esforço do governo para responder às críticas, o ambiente para eventual deliberação sobre a adesão ao Future-se é de grande apreensão. O programa traz uma complicada teia de instrumentos jurídicos que, a rigor, poderiam ser tratados de maneira mais simples e objetiva, com base na legislação já existente e nas práticas que vêm sendo adotadas há anos pelas universidades públicas em suas parcerias, caso seu objetivo fosse apenas a enunciada obtenção de resultados. Mas há um intuito privatizante, nas formas e nos objetivos, que envolve a tentativa do governo de se descomprometer com o financiamento público, por trás de algumas das invenções mais problemáticas. Um exemplo disso é a “concessão do direito de nomear” (artigo 22). Na versão original falava-se em naming rights, à semelhança dos estádios de futebol que levam o nome do patrocinador.

Alguns aplaudiram a iniciativa, comparando-a com práticas adotadas em instituições americanas. Se conhecessem o texto, provavelmente seriam mais críticos. Previa-se, literalmente, trocar esses direitos pelo “preço de mercado da imagem da Ifes” (artigo 15, parágrafo único, da proposta original):





“A autorização deve ser precedida de estudo que humano de ótima qualidade, além de autonomia, demonstre que o preço de mercado da imagem tudo convergindo para a excelência acadêmica. da Ifes e a proposta apresentada pela pessoa Assim, a “marca valiosa” de uma universidade é física ou jurídica representam ganhos para a resultado de um trabalho cumulativo, de muitos instituição”). anos, que envolve não apenas aquela comunidade,

Nenhuma instituição, no Brasil como no exterior, mas um suporte regular na sua base e no entorno. cogitou de venda da marca em troca de Esse valor pode ser rapidamente consumido patrocínio. A transposição dessa prática do quando se perde a orientação da instituição, como mundo esportivo para o ambiente universitário conjunto. A quebra da unidade entre ensino, consistiria em distorção que não foi cometida nas pesquisa e extensão, a hiperprivatização, a falta de instituições americanas imaginadas por quem equilíbrio na busca de produtos ou processos redigiu a proposta. O que existe nessas vendáveis, tudo isso pode induzir à perda do “valor instituições são cátedras, isto é, áreas ou projetos da marca” da instituição.

acadêmicos apoiados mediante condições Como afirmou Reginaldo Moraes em Mitos e previamente pactuadas com a universidade. Ou, verdades sobre o financiamento do ensino como se faz em algumas universidades públicas, superior nos Estados Unidos (artigo em Future-se? prevê-se o agradecimento pelas doações em A universidade pública brasileira entre impasses e placa sóbria, prática semelhante ao que se promessas, organizado por Salomão Ximenes e encontra no Insuper. Fernando Cássio, disponível em

Não se trata, nem de longe, de venda, ou, como se https://cutt.ly/Crqn7or), “a injeção de recursos diz no artigo 22 da versão atual, de “exploração públicos (estaduais, federais, locais) continua econômica de nome ou de marca, em sendo decisiva para o funcionamento da pirâmide contraprestação de recursos financeiros ou não, acadêmica das escolas superiores norte-desde que economicamente mensuráveis”. americanas, inclusive de seus braços privados. (...)

Mesmo do ponto de vista empresarial, essa Exemplos (como os americanos) devem ser proposta seria insustentável, uma vez que estudados, (...) para apreender com eles, comprometeria em seu cerne a credibilidade contextualizando-os. Isso talvez nos ajude a acadêmica, substrato de um hipotético “valor investigar quais são os substitutos funcionais que comercial” da marca. O nome de uma instituição podem emular alguns de seus sucessos, bem de educação e pesquisa é fruto de trabalho de como evitar alguns de seus problemas e toda a comunidade acadêmica. Como anotava o obstáculos”.

Banco Mundial nos anos 1990, as “universidades de classe mundial” tinham em comum financiamento abundante e um elemento

PROFESSORA DA FACULDADE DE DIREITO DA USP, DOUTORA E LIVRE-DOCENTE PELA MESMA INSTITUIÇÃO, FOI SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (2008-10), CONSULTORA JURÍDICA DO MEC (2005-08) E SUPERINTENDENTE JURÍDICA DA USP (2014-18)

Fonte: Estadão



Universidade Estadual do Tocantins desiste do Sisu para selecionar candidatos

Segundo a Unitins, MEC não enviou em tempo hábil os dados sobre a nova unidade da instituição, impedindo que a adesão ao Sistema de Seleção Unificada - que utiliza a nota do Enem - fosse feita dentro do prazo

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) desistiu de utilizar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação (MEC), para preencher 48 vagas de seu vestibular. Em comunicado divulgado pelo Facebook, a instituição informa que houve "problemas técnicos junto ao Sisu" e que aguardou retorno do MEC até segunda-feira, 20, para "habilitar a seleção", mas que não houve resposta.

Por isso, as vagas que seriam disponibilizadas pelo Sisu serão preenchidas pelo vestibular da própria instituição, realizado em dezembro de 2019.

Em nota enviada ao Estado, o MEC afirma que a Unitins não concluiu a adesão ao Sisu dentro do prazo. Segundo o edital do sistema, isso devia ser realizado pelas universidades entre 31 de outubro e 14 de novembro de 2019, com a possibilidade de retificar informações entre os dias 18 e 22 de novembro.

Por outro lado, a equipe da Unitins explica que aguardou as definições do MEC quanto à criação do novo campus de Paraíso no que diz respeito aos cursos, turnos, quantidades de vagas e modalidades de ensino para, assim, finalizar o envio de dados da instituição ao Sisu.

O Ministério, no entanto, concluiu essas questões apenas na data final do prazo para adesão ao sistema,

não deixando tempo hábil para a universidade lançar as informações atualizadas ainda naquela data. "A Unitins formalizou ainda em 2019 ao MEC uma solicitação para a conclusão do envio dos dados já atualizados e contendo todas as informações da nova unidade e suas respectivas vagas e cursos. Mas, apesar das tentativas de contato também por telefone, não encontrou uma solução que viabilizasse a conclusão do envio dos dados atualizados na plataforma Sisu", alegou em nota enviada ao Estado.

Reclamações

No Facebook da Unitins, estudantes se manifestaram. Alguns criticaram a decisão da universidade, dizendo que o edital previa ingresso por meio do Sisu. Outros sugeriram a realização de um novo vestibular.

O Sisu é o sistema informatizado do MEC no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os estudantes com melhor classificação são selecionados, de acordo com suas notas no exame. Nesta edição, de acordo com o MEC, serão ofertadas 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas.

As inscrições para o Sisu foram abertas nesta terça-feira, 21, e ficarão abertas até domingo, 26, em meio a problemas no processamento de correção das provas. A revisão foi feita após ampla mobilização dos estudantes, que procuraram as redes sociais para reclamar da situação. Segundo o MEC, cerca de 6 mil alunos tiveram as notas revistas.

Fonte: Estadão



O Enem e os processos de ingresso no nível superior

A sociedade brasileira está mobilizada na Projeto Político-Pedagógico, em consonância com discussão de dois temas correlatos: a Base a sua identidade e a sua vocação institucional. Nacional Comum Curricular – BNCC e a Reforma Contudo, a mesma lei instituiu, também, o sistema do Ensino Médio. Desde muito tempo é consenso de avaliação em larga escala como instrumento entre educadores o diagnóstico acerca da para monitorar a qualidade do ensino. A atual LDB inoperância do atual Ensino Médio, marcado pelos 9.394/96 é contemporânea do robustecimento da altos índices de desistência e fracasso escolar. É avaliação em larga escala, composto por exames o segmento que promove exclusão e afasta o como Sistema de Avaliação da Educação Básica – jovem brasileiro da escola, antecipando o SAEB, Prova Brasil, Exame Nacional de abandono da trajetória escolar.

Desempenho dos Estudantes – Enade e Exame Aqueles que elegem a Educação Básica como Nacional do Ensino Médio – Enem. campo de atuação devem assumir como O Enem foi concebido em 1998 com o objetivo compromisso o interesse das novas gerações. fundamental de avaliar o desempenho do aluno ao Como gestores, como educadores e como final da escolaridade básica. Desde aquela época, cidadãos, devemos cuidar para que as novas a estratégia do MEC foi a de induzir as escolas a gerações de brasileiros tenham acesso a um aderirem às mudanças pretendidas a partir das Ensino Médio pertinente, confiável e eficaz no que avaliações externas, de larga escala. Sucessivas se refere à formação daqueles cuja a trajetória de gestões de avaliadores sucederam-se à frente do vida irá se desenrolar pelo século afora. Esse Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas propósito remete o nosso olhar para adiante. Educacionais Anísio Teixeira – Inep, dotando o Tornam-se necessárias inovações e país de um consistente e necessário sistema de experimentações em termos de ensino. A solução avaliação da qualidade do ensino.

virá da flexibilização, que por sua vez depende da No entanto, apesar dos muitos acertos, ao longo redução dos conteúdos mínimos obrigatórios. das sucessivas gestões, alternaram-se tendências Desde o Parecer CNE/CEB 15/98, que opostas. Em alguns momentos, induziam o regulamentou as Diretrizes Curriculares para o trabalho por “habilidades e competências” e, em Ensino Médio, estabeleceu-se que o currículo do outros, restabeleceram o “conteudismo”. No Ensino Médio deve estar voltado para decorrer de 20 anos, as oscilações de critérios competências básicas, de caráter geral, entre as desorientaram professores e escolas, que ainda quais a capacidade de aprender é decisiva. hoje anseiam por maior previsibilidade e A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em constância.

vigor desde 1996 exorta as escolas a desenvolverem, cada uma delas, o seu próprio





Em 2010, a instituição do Novo Enem como concurso de seleção para acesso às Universidades Públicas impôs um único currículo obrigatório a todos os estudantes brasileiros. Ao que tudo indica, mais do que avaliar a qualidade do ensino, o governo pretendeu usar o novo formato para controlar o sistema de ensino em todos os seus níveis. A ingerência do Estado sobre o currículo nunca foi tão forte quanto nesses últimos anos.

Tal nível de centralização e tutela priva tanto as universidades quanto as escolas de autonomia e de autoria. Dificulta interações locais e impede que os interessados encontrem soluções regionais. Um contexto como esse restringe a atuação das escolas, a escolaridade dos jovens e as opções ao alcance das famílias.

Hoje a situação é outra. O MEC agora prioriza a BNCC. Entende-se que a matriz dos futuros exames deverá ser concebida a partir do núcleo comum (ou também de cada itinerário?).

A efetividade da Reforma curricular do Ensino Médio dependerá, em larga medida, das avaliações que abrangem a etapa final da Educação Básica e, em especial, dos processos de ingresso para as graduações. Convém que essas avaliações considerem a BNCC. A solução virá da flexibilização que, por sua vez, depende da redução dos conteúdos mínimos obrigatórios. Trata-se de medida importante e necessária, que vem sendo adiada há décadas. Por isso, é cada vez mais urgente reconhecer na diversidade curricular um importante atributo dos sistemas de ensino.

Fonte: Estadão

Toffoli iguala teto salarial de universidades estaduais ao de federais

Presidente do STF considerou que sistema de educação é nacional e não pode haver diferenças entre professores

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, concedeu uma liminar (decisão provisória) neste sábado (18) que iguala o teto salarial dos professores das universidades estaduais de todo o país ao dos professores das universidades federais.

O salário dos professores das universidades estaduais tem hoje como referência o salário dos governadores dos respectivos estados —no caso de São Paulo, o salário de João Doria (PSDB) é de R\$ 23 mil. Com a decisão, o teto passa a ter como referência o salário dos ministros do STF, de R\$ 39,3 mil.

O impacto da decisão deve ser maior em São Paulo, onde estão três das maiores universidades estaduais do país, a USP, a Unesp e a Unicamp. A liminar de Toffoli ainda será analisada pelo plenário do Supremo após o recesso, o que não tem data para ocorrer.

Toffoli atendeu a um pedido do PSD, que argumentou que há uma “injustificável distinção entre direitos remuneratórios [de professores e pesquisadores] a partir do fato de estarem vinculados a instituições universitárias e de pesquisa de diferentes entes federativos”.

O relator da ação é o ministro Gilmar Mendes. Toffoli analisou o pedido de liminar por estar responsável pelo plantão do Supremo durante o recesso.

Toffoli considerou que o modelo constitucional de federalismo cooperativo adotado no país revela um sistema nacional de educação.

“A mensagem constitucional da educação como política nacional de Estado só poderá alcançar seu propósito a partir do reconhecimento e da valorização do ensino superior”, escreveu.

“Esse reconhecimento parte da consideração de que os professores que exercem as atividades de ensino e pesquisa nas universidades estaduais devem ser tratados em direito e obrigações de forma isonômica aos docentes vinculados às universidades federais.”

O ministro conferiu nova interpretação ao inciso 11 do artigo 37 da Constituição, no tópico em que a norma estabelece subteto para os estados, “para suspender qualquer interpretação e aplicação do subteto aos professores e pesquisadores das universidades estaduais, prevalecendo, assim, como teto único das universidades no país, os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal”.

A decisão atende a um pleito dos professores universitários sobretudo de São Paulo, que vinham se queixando da diferença entre seus salários e o dos professores das federais.

“[A decisão] É perfeitamente razoável”, afirmou Marco Antonio Zago, professor aposentado da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, ex-reitor da universidade e hoje presidente da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).





“Não sei se alguém pode achar razoável que as já se notava também um menor número de universidades públicas paulistas, que se colocam interessados nos concursos da instituição.

na ponta entre as melhores universidades Presidente do Cruesp, que reúne também os brasileiras, têm um impacto histórico muito dirigentes da USP e da Unesp, ele afirma que as grande no desenvolvimento do estado, na universidades deverão calcular na semana que formação de lideranças, que estas universidades, vem o impacto financeiro da decisão de Toffoli.

por uma circunstância que atende a interesses do estado de São Paulo, estivessem numa situação de ter um teto salarial menor do que todas as federais e, mais que isso, da maioria das universidades estaduais dos outros estados”, disse.

Segundo Zago, as universidades paulistas vêm perdendo profissionais para as federais e para a iniciativa privada por causa da defasagem do teto salarial.

“Principalmente os jovens, que representam a esperança da universidade para renovação de seus quadros, não viam mais motivos para optar pelas universidades públicas paulistas”, disse.

Reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Marcelo Knobel também comemorou a decisão, para ele uma forma de combater a fuga de cérebros das três estaduais paulistas.

Ele afirma que a diferença de teto com as federais já vinha causando impacto na universidades estaduais. “Muitos docentes ou se aposentavam prematuramente ou saíam da carreira por uma oportunidade melhor em uma universidade federal ou em uma empresa.”

Segundo Knobel, em algumas áreas como medicina e ciências da computação, que têm mais demanda do mercado,

Fonte: Folha de SP



Universidades de SP estimam em 2% impacto financeiro de novo teto salarial

Se considerada a folha de pagamento de 2019, despesa extra seria de cerca de R\$ 160 milhões para USP, Unesp e Unicamp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas).

Os reitores das universidades paulistas estimam em 2% ao ano o impacto na folha de pagamento com a decisão do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, de equiparar o teto salarial das instituições de ensino superior estaduais ao das federais.

Se fosse considerado o gasto com pessoal do 2019, a medida iria gerar, em números absolutos, uma despesa extra em torno de R\$ 160 milhões somando-se a USP, que responde por cerca de metade desse valor, a Unesp e a Unicamp.

O cálculo, porém, ainda depende do fechamento do balanço do ano passado e de fatores como o desempenho da economia e aposentadorias.

As universidades ainda estudam como deve ser feita a incorporação de gratificações dos servidores inativos de acordo com as regras aprovadas na reforma da Previdência do ano passado.

O gasto com pessoal das três universidades, que vinha diminuindo desde 2016, ficou em 89% em novembro do ano passado, dado mais recente.

O decreto de 1989 que conferiu autonomia às universidades paulistas recomenda que as despesas com pessoal não ultrapassem 75% das liberações financeiras do estado.

As instituições, no entanto, consideram que o pagamento de aposentados não deve fazer parte da conta. Sem eles, o índice seria atingido.

O efeito do novo teto salarial foi discutido nesta quarta-feira (22) em reunião do Crulesp.

Os índices variam de acordo com a instituição, mas não ficam distante da média de 2% no caso de nenhuma delas.

“O importante é que as universidades têm trabalhado para absorver esse impacto”, afirma Marcelo Knobel, reitor da Unicamp e presidente do Crulesp.

Nos últimos anos, as instituições paulistas conseguiram aliviar o aperto financeiro graças a medidas como interrupção de obras, redução de investimentos e não preenchimento de vagas em aberto.

Como a Folha mostrou, elas perderam 11% dos professores de 2015 a 2019.

Em 2016, ano de recessão na economia, a média de gasto com pessoal das três havia ficado em 103,2% dos valores liberados pelo estado (101% na Unesp, 101,5% na Unicamp e 105% na USP).

No ano passado, USP, Unesp e Unicamp passaram a cortar a partir de agosto o valor além do teto salarial paulista que era pago aos servidores, na esteira de uma CPI na Assembleia Legislativa e de decisões do Tribunal de Contas do Estado que vinham considerando ilegais aposentadorias que superavam o limite máximo.

O comprometimento do orçamento com a folha salarial caiu de 93,9 para 89,7% naquele mês de agosto, mas, como parte dos funcionários recebe as férias em julho, a comparação não é precisa.

Em junho, o índice havia ficado em 88,15%.





As universidades paulistas são financiadas por uma fração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadado no estado.

Segundo Knobel, os valores acima do teto voltarão a ser pagos assim que a decisão de Toffoli for publicada no Diário Oficial.

Ele afirma que, no caso da Unicamp, cerca de um terço dos docentes está acima do teto anterior, de R\$ 23 mil, mas a grande maioria fica no patamar de até R\$ 27 mil, não se aproximando do salário dos ministros do Supremo.

Na USP, segundo nota assinada pelo reitor Vahan Agopyan, cerca de 20% do corpo docente tinha sido afetado pelo corte do valor acima do teto.

Segundo informações divulgadas em junho do ano passado, a média do pagamento superior ao salário do governador, para os servidores da ativa, era de R\$ 1.512,87, e para os inativos, R\$ 3.423,65.

Até a decisão de Toffoli, o salário dos professores das universidades estaduais tinha hoje como referência o dos governadores dos respectivos estados —no caso de São Paulo, R\$ 23 mil. Com a decisão, o limite passou a ter como referência o salário dos ministros do STF, de R\$ 39,3 mil.

Fonte: Folha de SP



Ânima tem alta de mais de 1% com aprovação de oferta de ações de cerca de R\$ 1 bi

A Ânima Holding informou na madrugada desta segunda-feira que seu Conselho de Administração aprovou a realização da oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 22.482.015 ações ordinárias com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.

Com a cotação de fechamento da última sexta-feira (17) a R\$33,36, o montante total da oferta poderá alcançar R\$ 750 milhões, com possíveis lotes adicionais levando o valor a e de R\$ 1,01 bilhão.

As ações(ANIM3) operavam com alta de 1,11% por volta das 10h40, a R\$ 33,73.

A operação será coordenada pela XP Investimentos (líder), Bradesco BBI, J.P. Morgan e do Banco Itaú BBA.

Os coordenadores da oferta e os controladores terão um lock-up de 90 dias sem poder vender negociar de ações ordinárias da emissão.

Os recursos levantados com a oferta serão destinados à novas aquisições estratégicas e investimentos nas atuais linhas de negócio da companhia.

Fonte: MoneyTimes



Ânima sobe mais de 3%; companhia nega contratação de bancos para follow-on

A Ânima Educação (ANIM3), em resposta à questionamento da B3 (B3SA3), informou que não há qualquer decisão da empresa até o momento de realizar uma oferta pública de ações. Ontem.

A Agência Estado noticiou que foram contratados os bancos Bradesco BBI e JPMorgan para coordenarem uma oferta subsequente de ações, que movimentaria R\$ 1 bilhão e seria anunciada em breve.

Com isso, as ações da companhia eram negociadas com alta nesta quarta-feira, de 3,33% a R\$ 33,52, por volta das 16h32. Em 2019, os ativos acumularam ganhos de 75,24%

No documento, o grupo educacional destacou que “está constantemente avaliando sua estrutura de capital, inclusive mediante a realização de operações no mercado de capitais, mas que até a presente data não há qualquer aprovação societária para a realização de uma oferta pública de ações de emissão da companhia”.

Na tarde de ontem, além da Agência Estado, o Valor PRO informou que a Ânima teria contratado XP Investimentos, líder do sindicato, Itaú BBA, Bradesco BBI e J.P. Morgan para coordenar a oferta. Fontes da publicação disseram que a oferta da Ânima seria primária, ou seja, com recursos para o caixa da empresa.

Fonte: MoneyTimes

